

ESTRUTURA OCUPACIONAL NO BRASIL

CAILLAUX, ELISA L.

97ST0433

Com as transformações da sociedade brasileira, a intensificação recente da crise econômica e os sucessivos planos de ajuste econômico e implementação de políticas sociais, aparecem novas indagações sobre o impacto de tais políticas nas condições de vida da população. O grande desafio é investigar e acompanhar os efeitos das mudanças socioeconômicas no padrão de vida da população, seus processos de inclusão e exclusão em relação às populações menos privilegiadas. O estudo da mobilidade social é, entre outras, uma das abordagens que possibilita mensurar a desigualdade social e o padrão de vida da população através do impacto do desenvolvimento socioeconômico nas posições dos indivíduos através do tempo. Trata-se, portanto, de verificar as transformações ocorridas nas posições sociais entre gerações e buscar fatores que possam ter influenciado no processo de mudança. A essência do estudo de mobilidade é determinar em que extensão a ocupação do filho(a) está vinculada àquela de seu pai em um dado momento e em que medida transformações econômicas estruturais passam a ter maior interferência no processo de preenchimento das ocupações, provocando alterações na estrutura de estratificação social do país. Levando-se em conta a complexidade do tema e as inúmeras formas de se organizarem as informações estatísticas disponíveis, foram selecionados aspectos mais gerais da evolução da mobilidade social no Brasil: mobilidade ocupacional intergeracional e intrageracional. Como primeiro objetivo, o trabalho compara, para o universo de chefes e cônjuges de domicílios do país, o padrão de mobilidade existente em 1976 e 1988(1). Trata-se de verificar, por exemplo, as diferenças de oportunidades de ascensão social entre homens e mulheres segundo a cor.

Se o estudo da mobilidade ocupacional entre gerações descreve os efeitos cumulativos das mudanças estruturais de longo prazo, a mobilidade intrageracional possibilita a análise dos efeitos das oscilações e mudanças econômicas que afetam a mão-de-obra atualmente no mercado. Neste sentido, um segundo objetivo do trabalho é a caracterização da trajetória desta mão-de-obra. Através da comparação entre a primeira ocupação e a ocupação atual dos entrevistados, nos diferentes setores da economia, será possível traçar o perfil do tipo de mobilidade ocupacional existente no curto prazo, seus determinantes e mecanismos de absorção ou exclusão em ocupações de maior prestígio. Para melhor qualificar a diferença de oportunidades existentes no mercado de trabalho entre grupos sociais segundo a cor, serão analisados indicadores que contribuem para a discriminação antes e depois da entrada no mercado de trabalho e no preenchimento das ocupações: o nível educacional e/ou treinamento necessários para o exercício das ocupações e o nível de rendimento correspondente.

Mobilidade Ocupacional Intergeracional

O processo de desenvolvimento econômico do país é caracterizado por uma intensa urbanização, com a população rural decrescendo de 62% em 1940 até 44% em 1970, quando o Brasil passou à condição de país predominantemente urbano. Esse processo intensificou-se ainda mais em 1980, quando apenas 32% da população total permanecia no campo, proporção que em 1991 caiu para 25%.

As mudanças no eixo econômico, onde as atividades rurais perdem prestígio para as ocupações urbanas, se refletem na evolução quantitativa do emprego. As atividades rurais, que em 1940 empregavam 70% da população economicamente ativa, absorvem, em 1980, apenas 23% da mão-de-obra. Entre as atividades urbanas na década de 1940, o setor serviço empregava 24% da população economicamente ativa e a indústria era responsável por apenas 10% dos empregos. Em 1980, ambos os setores dão mostra de um crescimento expressivo: o setor serviço absorve 46% da mão-de-obra, enquanto a indústria dá emprego a 25% dos trabalhadores urbanos.

Paralelamente, às mudanças na evolução do emprego, a população economicamente ativa passa por transformações na sua composição a partir de meados deste século. Embora a participação da mão-de-obra masculina seja predominante em todos os períodos, a incorporação da mulher à força de trabalho é crescente. Em 1950, as mulheres representavam 15% da população economicamente ativa, e em 1970 eram 21%, passando para 27% em 1980.

O estudo da mobilidade ocupacional leva em conta a contribuição das transformações econômicas ocorridas nas últimas décadas e a herança paterna na redefinição da estrutura de estratificação.

Para tornar possível a comparação entre as posições no mercado de trabalho dos filhos(as) e dos pais, as ocupações foram classificadas em nove grupos ocupacionais,(2) obedecendo aos seguintes critérios:

- diferenças no processo de mobilidade das atividades rurais em comparação com as urbanas;
- prestígio diferenciado das atividades manuais e não manuais;
- complexidade do treinamento necessário para o desempenho das ocupações.

A comparação das posições dos filhos em relação à seus pais é obtida através da matriz de mobilidade, onde os grupos ocupacionais dos pais são cruzados com aqueles de seus filhos. Levando-se em consideração as desigualdades de oportunidade entre homens e mulheres e entre brancos e pretos e pardos, as matrizes de mobilidade foram elaboradas com vistas a quantificar tais diferenças.

Os valores obtidos na diagonal principal da tabela expressam o número de filhos que se mantêm nas mesmas ocupações de seus pais. Os valores acima da diagonal indicam a extensão da mobilidade ascendente, e a mobilidade descendente é dada pelos valores abaixo da diagonal principal.

A mobilidade ocupacional total ocorrida no país (58%) difere segundo características de grupos específicos. Pode-se observar que, em 1976 (gráfico 1), tanto homens brancos (61%) quanto mulheres brancas (68%) são os que apresentam maior mobilidade, com predominância da mobilidade ascendente. Para os pretos e pardos, a estrutura ocupacional é mais rígida: as mulheres e principalmente os homens permanecem nos mesmos grupos ocupacionais de seus pais (42% e 49% respectivamente).

Gráfico 1

Fonte: IBGE - Suplemento PNAD 1976

O padrão da mobilidade ocupacional em 1988 apresenta maior dinamismo, refletindo mais intensamente a entrada no mercado de trabalho de coortes que além de se beneficiarem da mobilidade ascendente de seus pais, entraram no mercado de trabalho em um período caracterizado pelo aumento das taxas de urbanização e industrialização. Há uma rearticulação da estrutura ocupacional com o crescimento da mobilidade total (75%). Os grupos sociais estudados, no entanto, apresentam diferenças entre si na ocupação de melhores posições no mercado de trabalho. No gráfico 2, verifica-se que a mobilidade ascendente, embora predomine em todos os grupos, é mais significativa para homens e mulheres brancos (54% e 51% respectivamente), seguida das mulheres e homens pretos e pardos (48% e 47% respectivamente). Em contrapartida, a mobilidade descendente apresenta uma hierarquia distinta, na qual às mulheres pretas e pardas estão associadas as maiores proporções (35%); seguem-se as mulheres brancas (33%), os homens pretos e pardos (20%) e os homens brancos (18%).

Gráfico 2

Fonte: IBGE - Suplemento Participação Político-Social - PNAD 1988

Nos dois períodos observados, a abertura de melhores oportunidades beneficia sobretudo os grupos sociais segundo o critério cor, onde os homens e mulheres brancos são os primeiros a usufruírem da ascensão ocupacional. No entanto, a clivagem da mobilidade descendente obedece, principalmente, à divisão dos grupos por sexo, atingindo primeiro as mulheres.

Mobilidade Ocupacional Intrageracional

A mobilidade intrageracional refere-se ao movimento da mão-de-obra atualmente no mercado de trabalho. O estudo visa a analisar as desigualdades de oportunidades de grupos sociais, por sexo e por cor, ao longo de suas carreiras. Utilizando-se os grupos ocupacionais, acima descritos, a mobilidade é definida através da comparação do grupo ocupacional da primeira ocupação do entrevistado com o grupo ocupacional da sua ocupação atual.

No Brasil, em 1988, os chefes e cônjuges apresentam uma mobilidade total de 67%, com predominância da mobilidade ascendente (59%). No entanto, a mobilidade ocupacional é desigual para os grupos sociais considerados, conforme verifica-se no gráfico abaixo:

Gráfico 3

Fonte: IBGE - Suplemento Participação Político-Social - PNAD 1988

Uma vez no mercado de trabalho, a lógica da mobilidade ocupacional ascendente obedece ao critério sexo em detrimento da cor. Os homens brancos e os homens pretos e pardos (71% e 63% respectivamente) experimentam uma mobilidade ascendente superior à média nacional. A mobilidade ocupacional ascendente dos homens é, em termos relativos, 60% maior do que a das mulheres. Para as mulheres brancas e pretas e pardas a estrutura ocupacional é mais rígida, elas tendem a permanecer nas mesmas ocupações ao longo de suas carreiras (47% mulheres brancas e 52% mulheres pretas e pardas experimentam a imobilidade ocupacional).

Fluxo de Saída das Ocupações

Uma outra análise que pode ser feita através da matriz mobilidade ocupacional é o fluxo de saída dos entrevistados do grupo ocupacional de origem para outros de maior prestígio. Para se obter as informações da direção de saída das ocupações, calcula-se os percentuais da matriz na linha de forma a igualar o tamanho dos diferentes grupos ocupacionais relativos a primeira ocupação.

Entre os entrevistados que tinham a atividade rural manual como primeira ocupação, são os homens que, ao longo de suas carreiras, mais se deslocam para posições hierarquicamente superiores (86% dos homens brancos, 74% dos homens pretos e pardos, 61% das mulheres brancas e 57% das mulheres pretas e pardas). No entanto, os caminhos percorridos em direção a ocupações de maior prestígio são relativamente curtos. A maior proporção dos homens se dividem entre as atividades técnicas e administrativas rurais e pequenos proprietários rurais ou meeiros/parceiros e atividades de Rotina (Serviços não Manuais). Já as mulheres se deslocam para atividades de serviços manuais urbanos e atividades de Rotina. Considerando-se

deslocamentos mais longos, a probabilidade de um trabalhador rural chegar ao grupo de profissionais liberais é de apenas 2% para os homens brancos, conforme verifica-se na tabela abaixo:

Ocupação Atual

Primeira ocupação Ind.Mod.	Rural Manual Tec/Adm	Tec/Adm	Prop.R Prof.Liberal	Serviço Manual Prop.I.C.S	Rotina(S.NM) TOTAL	Ind.Trad.				
R. Manual H. Br 14,02	29,53	8,64	23,73	4,78	6,94	2,82	1,76	7,78	100	
R. Manual H. Pr/Pd	25,97	27,72	9,2	20,26	3,21	6,4	1,84	0,66	4,73	100
R. Manual M. Br 39,08	4,93	26,09	16,51	0,59	8,31	0,77	0,61	3,11	100	
R. Manual M. Pr/Pd	42,78	9,44	26,63	9,64	0,08	7,16	0,28	0,08	3,91	100

Fluxo de Entrada nas Ocupações

A matriz de mobilidade permite, também, analisar a origem dos entrevistados em uma determinada posição. Neste caso, os percentuais da matriz são calculados na coluna dos grupos ocupacionais atuais.

As atividades rurais manuais são o grupo ocupacional que menos recruta trabalhadores em outros grupos ocupacionais: em torno de 90% das ocupações rurais manuais são formadas por trabalhadores provenientes do mesmo setor.

No Brasil, por exemplo, verifica-se que 56% dos profissionais liberais iniciam suas carreiras em ocupações manuais. Entre os homens brancos, 64% foram inicialmente trabalhadores manuais rurais, trabalhadores manuais em serviços e trabalhadores na indústria tradicional e de transformação. A proporção de homens pretos e pardos com origem em ocupações manuais é ainda maior (70%). Entre as mulheres, cai a proporção de profissionais liberais que entraram no mercado de trabalho em ocupações manuais (36% de mulheres brancas e 46% de mulheres pretas e pardas). Isto se deve ao fato das mulheres brancas e das pretas e pardas já terem ingressado no mercado de trabalho em ocupações liberais (29% das mulheres brancas e 17% das mulheres pretas e pardas).

Desigualdade educacional e de rendimento

Ao analisar a diferença entre os grupos sociais, é fundamental levar em consideração dois fatores altamente correlacionados com o preenchimento das ocupações: o nível educacional e/ou o treinamento necessário para o exercício das ocupações e o nível de rendimento correspondente a cada grupo ocupacional.

A diferença de oportunidade entre os grupos sociais específicos pode se estabelecer de duas formas distintas, embora não necessariamente excludentes: a discriminação antes da entrada no mercado de trabalho e a discriminação no mercado de trabalho. No primeiro caso, a discriminação pode ser estabelecida pela diferença de educação e de treinamento e pela oportunidade de emprego. Já para constatar-se a existência de discriminação no mercado de trabalho, é necessário mostrar que algumas pessoas são diferenciadas por estigmas que não envolvem a sua capacidade e que, no entanto, recebem menores salários do que outras cuja capacidade não é maior, mas não são estigmatizadas.

A expansão do ensino no Brasil continua se fazendo de forma discriminatória: os pretos e pardos têm menos oportunidades de treinamento do que os brancos, reforçando-se a desigualdade da competição antes da

entrada no mercado de trabalho. Isto sem levar em consideração as diferenças da qualidade do ensino, que varia regionalmente, e entre as escolas da rede pública e privada, o que faz aumentar ainda mais a diferença de oportunidades em prejuízo dos grupos menos privilegiados.

O critério cor como divisor principal do acesso à educação guarda, internamente, diferenças entre homens e mulheres. Conforme o quadro abaixo, verifica-se que entre os brancos, as mulheres brancas têm, em média, mais anos de estudo do que os homens brancos. O mesmo acontece em relação às mulheres pretas e pardas, cuja escolaridade é superior à dos homens pretos e pardos.

Média de Anos de Estudo por Sexo e Cor, segundo Grupos Ocupacionais
Brasil - 1988

Grupo Ocupacional	Anos de Estudo			
	Homem Br	Homem Pr/Pd	Mulher Br	Mulher Pr/Pd
R.Manual	1,9	1	2,5	0,9
R-Tec/Ad.Prop	3,2	1,3	2,7	0,8
Serviço M.	4,5	3,3	4,5	3,3
Rotina	4,5	3,5	7,2	5,7
Ind. Trad.	5,6	4,8	4,4	5,8
Ind. Mod.	6,4	4,9	7,4	5,1
Tec/Adm	9,8	8,3	11,4	10,3
Prof. Liberal	13,4	11,3	13,8	12,6
Prop. I.C.S	7,5	4,5	7,5	4,1

Fonte: IBGE - Suplemento - PNAD 1988

A comparação entre os anos de estudo e os rendimentos, demonstra que nem sempre o aumento da educação corresponde a um aumento dos rendimentos, seja por conta de mecanismos internos ao mercado de trabalho - oferta e procura de emprego -, seja por força de mecanismos não econômicos nesta relação.

Média de Salários Mínimos por Sexo e Cor, segundo Grupos Ocupacionais
Brasil - 1988

Grupo Ocupacional	Média de Salários Mínimos*			
	Homem Br	Homem Pr/Pd	Mulher Br	Mulher Pr/Pd
R.Manual	1,3	1,1	0,8	0,5
R-Tec/Ad.Prop	3,5	1,8	2,9	0,8
Serviço M.	3,1	2,1	1,4	1
Rotina	3,7	2,7	2,1	1,3
Ind. Trad.	5,1	3,8	3	2,4
Ind. Mod.	4,5	2,9	3,1	1,7
Tec/Adm	9,4	6,2	7	4,4
Prof. Liberal	17,8	10,7	8,5	5,6
Prop. I.C.S	10,2	5,6	5,4	3,2

Fonte: IBGE - Suplemento PNAD 1988 Valor do salário mínimo em 1988 - Cr\$ 18.960,00

Se as mulheres brancas têm mais anos de estudos que os homens brancos e as mulheres pretas e pardas superam os homens pretos e pardos em nível de instrução na maioria dos grupos ocupacionais, poder-se-ia

esperar que os rendimentos correspondessem ao grau de treinamento observado. No entanto, a clivagem dos rendimentos auferidos obedece à divisão dos entrevistados por sexo: os rendimentos dos homens brancos e, em seguida, os dos homens pretos e pardos são mais elevados do que os das mulheres em quase todos os grupos ocupacionais.

NOTAS

1 IBGE - Suplemento PNAD 1976 e Suplemento Participação Política Social - PNAD 1988. As informações sobre mobilidade foram coletadas para chefes e cônjuges de domicílio (24.604.338 pessoas ocupadas em 1976 e 34.073.523 em 1988).

2 Ocupações Rurais: 1- Rural Manual, 2- Técnica/Administrativa e Proprietário Rural; Ocupações Urbanas: 3- Serviço Manual, 4- Rotina (Serviço não Manual), 5- Indústria Tradicional, 6- Indústria Moderna, 7- Técnica e Administrativa, 8- Profissional Liberal e 9- Proprietário na Indústria, no Comércio e no Serviço.

Elisa L. Caillaux
Socióloga
Pesquisadora
Titular do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

XXI Encontro Anual da ANPOCS